

# **Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 4**

**Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher  
(Organizadores)**



Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher  
(Organizadores)

# Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 4

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 4)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-554-9 DOI 10.22533/at.ed.549192108  1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série.  CDD 370.71
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
A CONTRIBUIÇÃO DO GCEE - GRUPO CATARATAS DE EFICIENCIA ENERGÉTICA NA FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA NA UNIOESTE-FOZ DO IGUAÇU	
Elidio de Carvalho Lobão Waldimir Batista Machado Matheus Tomé Albano Guimarães Eduardo Camilo Marques de Andrade Emmanuel Rubel do Prado Laercio Malacarne Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921081</b>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>8</b>
A MONITORIA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ENSINO-APRENDIZAGEM EM FISIOLOGIA HUMANA	
Rita de Cássia da Silveira e Sá Emmanuel Veríssimo de Araújo Rachel Linka Beniz Gouveia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921082</b>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>16</b>
A PERENIDADE DOS GREGOS NA DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS	
Arthur Barboza Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921083</b>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>24</b>
A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO OMNILATERAL A PARTIR DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	
Maria Judivanda da Cunha Bernardino Galdino de Senna Neto Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921084</b>	
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>32</b>
A RESISTÊNCIA CONTRA A INTENSIFICAÇÃO NO PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO TERRITORIAL DOS POVOS KAIOWA E GUARANI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Junia Fior Santos Marlene Gomes Leite	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921085</b>	
<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>42</b>
DETERMINAÇÃO DOS TEORES DE MINERAIS EM AMOSTRAS DE CATCHUP E MAIONESE POR FOTOMETRIA DE EMISSÃO ATÔMICA COM CHAMA	
Lidiane Gonçalves da Silva Allan Nilson de Sousa Dantas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921086</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>50</b>
ESTUDANTES DE PEDAGOGIA E A PROVA BRASIL: DESCRITORES E ITENS DE ESPAÇO E FORMA	
Amanda Barbosa da Silva	
Ana Paula Nunes Braz Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>62</b>
ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA PARA O ALUNO DE ENGENHARIA – METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
Humberto Dias de Almeida Filho	
Hanna Luara Costa Martins	
Pedro Henrique Medeiros Nicácio	
Amanda Maria Cunha Severo	
Lílian Mychelle Fernandes Falcão	
Gabriely Medeiros de Souza Falcão	
Sheila Alves Bezerra da Costa Rêgo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>69</b>
LDBEN Nº 9394/96: CONHECIMENTO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Simone Regina Santos Oliveira Pedrosa Soares	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>82</b>
MÚLTIPLAS LINGUAGENS COMO METODOLOGIA PARA PENSAR O TEMPO E O ESPAÇO: O PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS	
Camila Silva Pinho	
Rosângela Veiga Júlio Ferreira	
Andreia Cristina Teixeira Tocantins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>99</b>
O BRINQUEDO EDUCATIVO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Maria Cristina Delmondes Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>110</b>
O ENSINO DA SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA <i>TRIPLE BOTTON LINE</i>	
Luiz Carlos Danesi	
Paulo Fossatti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>121</b>
O ENSINO DE CIÊNCIAS NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Laudileire Cristaldo Chaves	
Ivanete Rodrigues dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210813</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>132</b>
O PEDAGOGO NAS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS	
Bianca Brandão Aracaqui Sônia Regina Basili Amoroso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>146</b>
O REPENSAR DA PRÁXIS DOCENTE: A QUALIDADE DO ENSINO PROVENIENTE DE METODOLOGIAS AUTORREFLEXIVAS EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Joseany Sebastiana da Silva Moreira Edson Gomes Evangelista Geison Jader Mello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>155</b>
O USO DA LITERATURA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Vanessa Luciano Brito Tatiane Vilella Mascarenhas Ana Margarete Gomes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210816</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>164</b>
O USO DE ANIMES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA COM A FRANQUIA POKÉMON E O ENSINO DE BIOLOGIA	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>173</b>
OS DILEMAS DA FORMAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	
Nildo Viana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>184</b>
PET PEDAGOGIA 20 ANOS: HISTÓRIA E MEMÓRIA	
Sheila Maria Rosin Antonio Carlos Andrade Gonçalves Carla Cerqueira Romano Débora Patrícia Oliveira Ribeiro Eduarda Miriani Stabile Emanuely Lívia Loubach Rocha Evilásio Paulo Novais Junior Karoline Batista dos Santos Luana Aparecida Depieri Manoela Schulter de Souza Maria Carolina Miesse Mariana Selini Bortolo Rayssa da Silva Castro Shara da Silva Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210819</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>193</b>
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Danielle de Farias T. Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>207</b>
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PARANÁ: O NECESSÁRIO ENUNCIADO DAS ASSISTÊNCIAS RESSOCIALIZADORAS	
Marta Cossetin Costa Ireni Marilene Zago Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>219</b>
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA OS SUJEITOS DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	
Silvana Cassia Hoeller Maurício Cesar Vitória Fagundes Roberto Gonçalves Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210822</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>231</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA NO BRASIL: O CASO DO PROEJA NO IFRN-CAMPUS IPANGUAÇU E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	
José Moisés Nunes da Silva Maria Aparecida dos Santos Ferreira Ana Lúcia Pascoal Diniz Suerda Maria Nogueira do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210823</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>246</b>
PROBLEM-BASED LEARNING: A EDUCATION RESEARCH OF TECHNOLOGY UNDERGRADUATE COURSE IN ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AT THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL	
Samir Cristino de Souza Luis Dourado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210824</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>259</b>
PROFISSIONAIS DO MERCADO: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DE BELÉM DO PARÁ	
Edson Paiva Soares Neto Andréa Bittencourt Pires Chaves Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210825</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>264</b>
PROJETO DE EMPODERAMENTO DISCENTE - CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA JÚNIOR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONALIZANTE	
Sirlei Rodrigues do Nascimento Celi Langhi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210826</b>	

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>275</b>
PROJETO DE ENSINO EM MATEMÁTICA E SUA EFICÁCIA NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES	
Adriana Stefanello Somavilla	
Andrea Márcia Legnani	
Carla Renata Garcia Xavier da Silva	
Derli Francisco Morales	
Viviane de Souza Lemmert	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210827</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>288</b>
PROJETO EDUCATIVO DE SENSIBILIZAÇÃO NO PARQUE APIUCOS MAXIMIANO CAMPOS – RECIFE/PE	
Vivianne Lúcia Bormann de Souza	
Bárbara Emmanuella Santos de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210828</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>298</b>
PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS DOS BEBÊS PROTAGONISTAS	
Fernanda Aparecida Varraschin	
Gisele Brandelero Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210829</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>310</b>
TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDO POR CRIANÇAS PROTAGONISTAS	
Daniele Pires Dias	
Gisele Brandelero Camargo	
Maria Cristina Starcke	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210830</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>323</b>
GESTÃO DO CONHECIMENTO PESSOAL E <i>COACHING</i> NO CONTEXTO ACADÊMICO: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO	
Leonardo Fernandes Souto	
Américo da Costa Ramos Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210831</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>335</b>
TRANSDISCIPLINAR, EU? ONDE SE APRENDE ISSO? NOTIFICAÇÕES E COMPARTILHAMENTOS DA ASSIMETRIA ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA PROFISSIONAL EMANCIPADORA	
Dilmar Xavier da Paixão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210832</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>347</b>
UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MÉTODOS CIENTÍFICOS EM PESQUISAS EDUCACIONAIS	
Cassiano Scott Puhl	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210833</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>367</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>368</b>

## TRANSDISCIPLINAR, EU? ONDE SE APRENDE ISSO? NOTIFICAÇÕES E COMPARTILHAMENTOS DA ASSIMETRIA ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA PROFISSIONAL EMANCIPADORA

**Dilmar Xavier da Paixão**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-  
UFRGS, Porto Alegre-RS.

**RESUMO:** Apresentam-se pontos para o encontro entre o processo de formação docente e as políticas educacionais com o papel social e de cidadania desejável nas instituições de ensino sob perspectivas, ao menos, do desempenho interdisciplinar, mas aspirando – com esperança – ao horizonte da transdisciplinaridade. O objetivo é refletir e discutir experiências de emancipação humana e social, pensar e propor a universidade na sociedade e a sociedade na universidade com vistas à formação de profissionais engajados com a transversalidade do conhecimento. A metodologia qualitativa está organizada como análise crítica no formato de relatos de pesquisas em abordagens exploratórias e descrição de vivências em ato. Como resultados, ingredientes para uma epistemologia dessa interação entre os saberes e a prática em educação ressaltando-se a necessidade de uma abordagem mais questionadora das políticas educacionais vigentes e revisional do processo de formação docente. Em todos os níveis, a educação é patrimônio de longos anos e estará socialmente referenciada se incorporar valores locais da comunidade e se for atrevida

a fomentar debates, no espaço universitário e fora dele, sobre a precariedade do acesso, a relevância do fortalecimento do diálogo e da qualidade do ensino na formação docente com políticas educacionais promotoras do bem viver e da emancipação social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade. Políticas educacionais. Formação docente. Emancipação humana e social.

### TRANSDISCIPLINARY, US? WHERE TO LEARN THAT? NOTICES AND SHARES OF ASYMMETRY BETWEEN THE TEACHER TRAINING AND PROFESSIONAL PRACTICE EMANCIPATORY

**ABSTRACT:** We present points for the meeting between the process of teacher training and education policies with the social role and citizenship desirable in educational institutions in perspective, at least, the interdisciplinary performance, but aspiring – with hope – to the horizon of transdisciplinarity. The aim is to reflect and discuss experiences of human and social emancipation, think and propose the university in society and society at the university with a view to training professionals engaged with the mainstreaming of knowledge. The qualitative methodology is organized as critical analysis in research reports format in

exploratory approaches and description act on experiences. As a result, ingredients for an epistemology that interaction between knowledge and practice in education emphasizing the need for a more questioning approach of current educational policies and revisional the teacher training process. At all levels, education is many years patrimony and is socially referenced to incorporate local community values and for daring to promote debates, the university area and beyond, about the precariousness of the access, the importance of strengthening dialogue and the quality of education in teacher education with educational policies promoting the good life and social emancipation.

**KEYWORDS:** University. Educational policies. Teacher training. Human and social emancipation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Esta reflexão pauta notificações e compartilhamentos resultantes da epistemologia da interação entre o processo de formação docente e as políticas educacionais com o papel social e de cidadania desejável nas instituições de ensino sob perspectivas, ao menos, do desempenho interdisciplinar, mas aspirando ao horizonte da transdisciplinaridade. Com frequência fala-se em transdisciplinaridade e em interdisciplinaridade nas instituições de ensino e fora delas, todavia, como esperar que sejam práticas no cotidiano da sociedade se, mesmo nos processos formativos, seguem tolhidas pelas adversidades de tempo, espaço, ocasião e até da vontade política e da decisão de assumirem essa mudança de paradigma?

O texto proposto para refletir esses encontros, desencontros e reencontros entre as políticas educacionais e o processo da formação docente é parte de estudos que conjecturam a escola e a universidade brasileira contemporânea, a partir de pesquisas e a construção de cenários atentos às demandas pessoais, às sociocoletivas e às transposições que qualifiquem o existir institucional, a produção do conhecimento, ações interativas e a gênese de políticas e oportunidades à coletividade.

Notifica-se que há um panorama de particularidades, óbices e outras deficiências conferindo acentuadas características assimétricas entre a formação docente propriamente dita e a prática profissional emancipadora. Raciocina-se sobre o desempenho interdisciplinar na instituição que, sendo voltada ao conhecimento e ao ensino dito superior, tem inegável papel social, de emancipação humana e de cidadania. Poder-se-ia indagar sentidos, signos e significados para esse ensino ser denominado “superior”.

O papel social e de cidadania das instituições precisa reconhecer os direitos humanos, o direito a melhores condições sociais e a relevância das políticas públicas a serviço da qualidade de vida e do bem viver das pessoas. Alterações curriculares são apresentadas com providências intencionadas na pró-atividade e no quefazer interdisciplinar e integrador. Contudo, a essa ambiência, faltam

estratégias e metodologias para ultrapassarem formatos rígidos e conservadores, como a compartimentalidade interna do ensino, disciplinas segmentadas, planos de ensino engessados e/ou departamentos de áreas exclusivas mantendo-se alheios a componentes dos processos formadores e das políticas públicas e educacionais.

Mais a frente tem-se o pouco vínculo com a comunidade e a formação profissional muito específica eclodindo como fatores adicionais para distanciar áreas multidisciplinares entre si. Acrescente-se a necessidade de estrutura organizacional disponibilizada no interior das instituições, patrocinando momentos articuladores das áreas do conhecimento entre si e entre formandos, formados, atores e agentes sociais, com vistas à epistemologia interativa entre saberes e práticas, a intencionalidade ético política de cultivar o bem viver e promover a emancipação social e cidadã. Resultados de pesquisas científicas que sejam disponibilizados e partilhados com a sociedade.

Os desafios contemporâneos para essa formação política exigem pensares e ações mais comprometidas com a emancipação humana e social, com o diálogo interculturais e com o respeito e a promoção da dignidade da pessoa como indivíduo e coletivo da cidadania.

## **2 | A FORMAÇÃO DOCENTE E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS COM VISTAS À PRÁTICA PROFISSIONAL EMANCIPADORA**

As políticas e os processos para a formação de professores e outros profissionais vêm vivendo exercícios críticos e experiências inovadoras em busca de mudanças que promovam e ancorem enfrentamentos e rupturas com a lógica elitista e do controle que setores dominantes tentam praticar sobre a democratização da sociedade e a garantia de direitos sociais e da cidadania. Pelo que se vê em vários estudos, seja qual for a formação profissional, muitas vezes, reproduzem-se fortes componentes de individualidade e seus determinantes permanecem fundeados em (in)definições tanto nas escolas e instituições formadoras quanto na execução de programas oficiais e de políticas públicas.

Percebem-se, também, movimentos em prol de intersecções e confluências que têm motivado convívios e interlocuções de grupos e instituições preocupados com a conquista de melhores aspectos de qualidade e bem viver para as ações formativas dos profissionais.

A complexa situação social de exclusão de boa parte da população, como advertida por Wimmer e Figueiredo (2006, p.146), vem de longa data e não pode ser resolvida somente com ações setoriais e, sim, a partir de micro e macroestratégias intersetoriais, elaboradas na articulação com a sociedade: “A ineficiência das políticas públicas desviam recursos e geram apatia. Entretanto, não podem impedir que as parcerias locais ocorram”.

Ao se reconhecer como imperativas, essas modificações no perfil da formação e do desempenho profissional faz-se indispensável assinalar que egressos das universidades reconhecem a importância de atualizações como em oficinas de ensino, atividades em grupo, relatos de experiências e de educação permanente.

Não obstante, a prática educativa dos docentes egressos tem ficado distanciada das perspectivas e situações formadoras. Pouco incentivo à interatividade interinstitucional é disponibilizado pelos setores dirigentes. Como esperar mais cometimentos individuais, se o esforço particular é empregado de maneira dividida com situações de dupla jornada de trabalho ou subemprego? Por contextos semelhantes, fragilidades se acumulam. Sobram fatores de desmotivação e impedimentos à prática profissional emancipadora.

As diretrizes da organização do sistema educacional brasileiro estão registradas na Lei nº 9394/96, nominada como Lei de Diretrizes e Bases-LDB. Implementada desde 1996, essa LDB teve versões anteriores nos anos de 1961 e 1971. A dissensão entre mecanismos de controle social do sistema de ensino ou a estrutura de poder sobre a educação concentrada nas mãos dos governos sempre representaram a divergência basal nessas leis. Scuarcialupi (2015) registrou que, para o Ministro da Educação Paulo Renato Souza, o texto da LDB, ao contrário do detalhismo de outros documentos legais, abonou liberdade para as escolas e os sistemas de ensino dos estados e dos municípios procederem a formulações mais locais e regionalizadas.

Educadores comprovam o aumento do acesso e da permanência no sistema escolar, em especial, aos mais pobres e marginalizados de melhores condições de vida. Esse esforço tem um período saliente em torno do texto constitucional de 1988, a ponto de ser mencionada como a Constituição Cidadã, de modo semelhante para a educação.

A formação de profissionais engajados com a transversalidade do conhecimento e voltados à prática profissional educadora continua a ser mais uma intencionalidade. Mesmo avaliações oficiais têm influências limitadas nas salas de aula e nos postos de trabalho.

Raras são as ocasiões de acompanhamento aos docentes e profissionais das outras áreas no processo de trabalho após a formação universitária. Trocas de experiências entre estudantes e profissionais podem até constar nos Planos de Desenvolvimento e outras documentações institucionais, porém, acontecem efetivamente?

Acrescente-se que as licenciaturas seguem recebendo os mais precários investimentos para ingresso de estudantes e de financiamento do seu ensino. Em parte, pelo índice menor e de decréscimo dos seus pretendentes. De outro rumo, o elevado abandono durante os cursos agrava essa renúncia.

A formação docente sofre prejuízos no modo intracursos e pelas influências externas, a ponto do conteúdo do ensino na universidade e o aprendizado discente continuarem secundários às atenções dos gestores, do mercado e das lideranças e

pessoas da sociedade.

A mercantilização do ensino segue apresentando afrontas à emancipação social e às concepções da cidadania. Identificada por Adorno apud Vilela (2006), corresponde à aceitação pela sociedade de que a educação é um produto, tais quais serviços de consumo. O produto educacional dominado pela instância administrativa, sob o pretexto da eficiência e da produtividade para contemplar com benesses o modelo privatista de organização e gestão. Essa tendência mercantil e produtivista começou, conforme afirmam Gentili e Stubrin (2013), a ser demudada na última década. Defendem que as políticas educacionais foram dispostas no plano dos direitos essenciais para a cidadania, como elementos nodais para o desenvolvimento autônomo da sociedade e um direito de todos. Sua ampliação depende de outros direitos, como a distribuição mais justa da riqueza, a diminuição das desigualdades, a participação social e o combate contra a discriminação.

Este reposicionamento estratégico das políticas educacionais fundamenta-se na ideia de políticas públicas imprescindíveis para combater a desigualdade e avançar na crítica ao ensino como produto ou mera transmissão de competências para o emprego no mercado de trabalho. A participação popular pode cooperar mais com a política educacional. Note-se, entretanto, que a nomenclatura ‘participação’ popular não é anúncio de ‘controle’ social e por constar em algum documento oficial não corresponde, automaticamente, à sua implantação no quefazer institucional (PAIXÃO, 2018).

Muitas transformações tentam controlar o pensamento crítico. Por isso, a educação, definida por Adorno apud Vilela (2006) como a produção de uma consciência relacionada com a emancipação humana, recomenda uma mediação política no sentido da emancipação. Quando a democracia não opera em conformidade com o seu conceito, a sociedade lança pressão sobre os indivíduos no sentido de impedir que a emancipação se torne realidade.

Inegável reconhecer, o papel a ser desempenhado pelas pessoas em benefício da coletividade, notadamente, aquelas que têm acesso a informações adequadas, em especial, os professores e os alunos do ensino superior. A construção de uma política educacional democrática exige defesa, amparo e prioridade não só no acréscimo das oportunidades educacionais aos mais pobres, senão na promoção de espaços participativos de deliberação e da educação como direito humano fundamental ante aos desafios e demandas da sociedade (PAIXÃO, 2018).

### **3 | O PAPEL SOCIAL E DE CIDADANIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

A educação é um marco dos mais relevantes entre os direitos fundamentais da cidadania e da concidadania. Mesmo presentes na redação constitucional, precisam ser viabilizados por meio do acesso das pessoas a cada um deles. Como políticas públicas, as educacionais devem ser instituídas com base na concepção de que

o princípio desses direitos é a boa informação: apropriada, adequada, qualificada, correta, ética e dialógica. Assim, a assimetria entre a formação docente e a prática profissional emancipadora está ligada ao papel social e de cidadania exercidos pelas (e nas) instituições de ensino, fluxo condicionante no interior das unidades formadoras e no seu extramuros.

No III Encontro entre Cidades e Universidades, a Diretora da Oficina de Ciências para a América Latina e o Caribe, pela UNESCO, destacou a responsabilidade das instituições de ensino como construtoras e mantenedoras de elos entre o conhecimento científico e as comunidades locais. Lídia Brito, professora em Moçambique, apontou o papel social e de cidadania das instituições para o desenvolvimento conjunto de soluções para as cidades, as universidades com a formação crítica das sociedades. “Não é preciso fazer tudo de novo. Aprendam uns com os outros e adaptem as soluções para melhorar as cidades em que vivem” (BRITO, 2016, p.1).

Esse compromisso social tem obstáculo, observa Carvalho (2014), na ausência de uma população educada, demandando a educação popular para a garantia de outros direitos. A esse fenômeno histórico chama Estado-Nação: as pessoas relacionando-se com a nação através de fatores como a religião, as guerras ou a língua e com o Estado conforme o grau de participação na vida política e cidadania.

Uma carta analítica das políticas públicas brasileiras tem origem no texto constitucional, onde a educação aparece no capítulo dos direitos sociais, seguida da saúde, da alimentação, do trabalho, da moradia, do transporte, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, acrescidos da assistência aos desamparados, conforme a Emenda Constitucional nº 90 (BRASIL, 2015). Essas preocupações passaram a existir pelos efeitos de dois movimentos assinalados por Batista (2013): a mobilização por redemocratizar a sociedade na década de 1980 e, um pouco antes, nos anos 70, a crise internacional do mundo capitalista que ofereceu, especialmente aos países periféricos, noções de protagonismo social e participativo na elaboração e gestão dessas políticas.

Reconhecendo a cidadania como fenômeno complexo, Carvalho (2014) pressupõe a cidadania plena, nas garantias para a liberdade, participação e igualdade do direito das pessoas, distribuídos em direitos civis, políticos e sociais. Exemplifica: certos direitos não geram o gozo de outros, ou seja, a liberdade de pensamento e o voto que não causam prerrogativas como segurança, emprego e qualidade de vida.

Aliando-se por credibilidade internacional e à delegação de responsabilidades com políticas sociais, o modelo de política pública quer a eficiência dos serviços por meio da racionalização dos processos e ênfase nos resultados para reduzir custos. E a cidadania? O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o Manifesto da Escola Pública e Gratuita foram iniciativas relevantes em 1987. Antes, em 1932, educadores lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação. Na década de 50, houve a Manifestação em Defesa da Escola Pública. Enfim, sempre foi apontada a necessidade de uma presença mais decisiva da cidadania nas políticas educacionais

e na gestão pública.

A palavra cidadania entrou na moda brasileira após o fim da ditadura militar em 1985. Carvalho (2014) conta que, no auge desse entusiasmo cívico, o termo *cidadania* substituiu *povo*. Essa retórica foi adotada por intelectuais, jornalistas, políticos, lideranças sindicais, dirigentes associativos e pessoas simples, substituindo-se a expressão “o povo quer isto ou aquilo” por “a cidadania quer”. Como nomeia Fazenda (2001), o dicionário da censura proibiu o uso do vocábulo *povo* em qualquer situação. Por isso, é presumível entender porque a ingenuidade disseminou-se.

Há problemas sim, inclusive organizativos e estruturais, mas não se pode regredir. “Aprender a discernir causas e consequências, diagnosticar situações e prever efeitos visando controlá-los, são modos de não se acomodar às realidades” (PAIXÃO, 2012, p.55). Caminhar pela educação tem sido uma tentativa emaranhada e fatigante de buscar respostas e acrescentar dúvidas na reflexão sugerida por Fazenda (2001, p.13): “... a História da Educação Brasileira (...) ainda está por ser escrita” no seio da organização social e política das diferentes épocas.

Se a vida só tem sentido a partir da busca incessante da libertação de tudo o que desumaniza e proíbe de ser mais humanos, dignos e livres, em ser existencialmente situado, é preciso entender que a relação intersubjetiva sujeito-sujeito requer a prática da solidariedade, da comunicação, do diálogo e da cidadania plena.

#### **4 | TRANSDISCIPLINARIDADE: É POSSÍVEL NAS ATIVIDADES DE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO?**

Aprende-se em Freire (2011), que a esperança está na antecipação de um mundo novo e no movimento por algo melhor, potência para os humanos, como seres inconclusos, realizarem juntos o protagonismo e a interação dialógica colaborativa, com impulsos para intervir na realidade. Assim, por denúncias e anúncios, comprometer-se com a mudança e ousar modificações é aliar-se à intencionalidade ética e política de cultivar o bem viver e promover a emancipação social.

A partir dos direitos atribuídos pela cidadania e pelos direitos humanos, é possível responder *sim* à pergunta sobre a transdisciplinaridade nas atividades de ensino-pesquisa-extensão das instituições universitárias. O aperfeiçoamento desses processos, no entanto, precisam ultrapassar empecilhos nem sempre palpáveis e manifestados, inclusive, pelos corredores dos estabelecimentos, mesmo os adjetivados de acadêmicos, científicos e do ensino superior.

As inovações transdisciplinares nas atividades escolares, mais do que promessas e propostas anunciadas, ainda são aspirações visíveis a uma considerável distância no sistema educacional brasileiro e na universidade em especial. Se antes se falava em atos e planos multidisciplinares, as justaposições de conteúdos e de estudos poderiam referir-se a alguma proximidade entre profissionais, mas com

pequenos efeitos interativos e, por isso mesmo, de resolutividade questionável. Nessa seara de discussões, mesmo com o passar dos anos, resistem tecnologias e métodos em contrassenso. Enfim, o avanço da multidisciplinaridade para a interdisciplinaridade ou dela para a condição transdisciplinar não se trata de uma mera alternativa de terminologia (PAIXÃO, 2018).

Quer nas ações de ensino e aprendizagem, nas notícias midiáticas pelos meios de comunicação social ou nas orientações feitas pelos profissionais das diversas áreas e campos do conhecimento e da educação popular é frequente a menção da interdisciplinaridade. O termo *interdisciplinaridade* é único, singular e privilegiado. Ousa-se considerar que possui vários parentes próximos. É o caso dos termos como multidisciplinar, pluralidade, interdisciplinar e transversalizar. Porém, em todos os formatos, repetem-se inquietações e críticas a conjunturas que pronunciam o discurso do saber unificado e integrado, mas se revelam fragmentalizadas, compartimentadas e, algumas vezes, desarticuladas tanto na universidade quanto fora dela no mundo social. Há anúncios de avanços até em documentos oficiais, todavia a realidade tem se mostrado desarmônica e dissonora.

Freire (2013) ensina que o diálogo não se concretiza entre quem nega o espaço à palavra e os que a tem negado, pois, se dizer a palavra é transformar o mundo, não há pronunciamento do mundo sem modificá-lo. A palavra ‘autêntica’ não é vazia, nem palavreado sem vínculos com a ação e a realidade. A pronúncia dialogada projeta mudanças, o futuro, o sujeito inventando-se, fazendo-se, criando-se e se recriando na perspectiva do ser mais.

Experiências elogiáveis existem na universidade, mas há pronúncias reservadas nas “disciplinas” dos cursos de graduação e pós ou nos departamentos compartimentados das faculdades sobre práticas emancipadoras, o que faz inferir que o horizonte da transdisciplinaridade é um ponto longínquo, todavia, de reflexão, encontro e integração entre o processo formador do docente e as políticas educacionais com o papel social e de cidadania desejável nas instituições de ensino. Quiçá para a sociedade, firmem-se experiências de emancipação humana e social, de pensar e propor a universidade na sociedade e a sociedade na universidade com vistas à formação de profissionais engajados com a transversalidade do conhecimento.

Como processo de politização dessa epistemologia há três palavras fundamentais apontadas por Santos (2012) para a escola, para a universidade e para a sociedade: descolonizar, democratizar e desmercantilizar. Estas expressões, mais do que núcleos conceituais, declaram o objetivo de unir a luta anticapitalista com a luta anticolonial. Reconhecendo-as, lamenta a segmentação por movimentos especializados em apenas uma delas e indica a busca por articulações sem destruir a diversidade interna de cada movimento, com o valor de serem rebeldes e competentes. Essas epistemologias do sul tornam-se visíveis ao empreender as lutas na sociedade.

Pombo (2005) definiu interdisciplinaridade como uma transformação

epistemológica em curso, o alargamento do conceito de ciências e uma forma de pensar a condição fragmentada do conhecimento científico. Paviani (2008) aponta-a como a função de estender uma ponte entre cada unidade do conhecimento e o seu contexto diferenciador, superando os dualismos como entre sujeito e objeto, fato e valor, dentre outros.

Bombassaro (2014) adiciona a leitura de que a formação interdisciplinar é um dos maiores desafios pedagógicos contemporâneos para o desenvolvimento da investigação científica e da educação superior. Adverte que a emergência da interdisciplinaridade acompanha o processo de constituir as disciplinas e elaborar projetos pedagógicos. E se a avaliação sobre a interdisciplinaridade resulta nesse formato, o que dizer dos planejamentos e atuações que, se almejam, tenham partilha pela transdisciplinaridade?

O método tradicional, que representa boa parte do processo deste ensino-aprendizagem atual, tem na avaliação, à guisa de exemplo e conforme aprecia Mota (2014), situações quase sempre individuais, separando quem possui e quem não possui certas informações. Isso configura um dos mais graves – e até inconscientes - crimes educacionais, porque essa atrocidade educacional ressoa no cotidiano das avaliações. Após cada período letivo ou de ingresso ou seleção, emitem-se resultados que legitimam os aprovados e deixam, para os reprovados, a opção de tentar de novo ou desistir.

Para além do imaginário interdisciplinar, quem sabe no horizonte da transdisciplinaridade se possa avançar e reconhecer que a universidade, pelos múltiplos pensares que a compõem, é campo vasto para esses tensionamentos indispensáveis e tem potenciais para redimensionar-se. Santos (2008), na defesa das epistemologias do sul, indica o valor de reconhecer grupos sociais que têm sofrido com a injustiça social, o colonialismo, o capitalismo e que luta pela resistência para desenvolverem as próprias ideias, conhecimentos, visões e práticas. Moraes et al (2015), em pesquisa, descobriu que, não raro, mesmo os computadores mais modernos servem para reproduzir práticas tradicionais desconexas com a sociedade digital.

Esse papel da espécie humana na construção do mundo tem argumentos intensos em Freire apud Zitkoski (2000, p.196) nas feições de: “diálogo, transitividade e do quefazer educativo”. A transdisciplinaridade, de conformidade com Piaget apud Wimmer e Figueiredo (2006), não se limita às interações e à reciprocidade, mas inclui em um “sistema total” sem limites entre as disciplinas, perspectiva mais próxima das necessidades sociais de forma integral. Quando se fala da transdisciplinaridade se amplia a aproximação disciplinar, pensando transdisciplinarmente e em diálogo das ciências entre si e com fatores como artes, mitos, cultura e religiões.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta apresentada como título deste texto “Transdisciplinar, eu?” foi ouvida como resposta por tantas vezes quando se levantou interrogações do tipo “Por que não?”, “E se a gente tentasse?”, “Quem sabe?” ou “Será que não há um jeito diferente?”, que gerou múltiplos sentimentos e segue provocando reações variáveis e, vez por outra, inesperadas quando se analisam, discutem e se desenvolvem etapas do processo ensino-aprendizagem.

“Eu sair da minha zona de conforto?”, “Afastar-me do meu laboratório e ir à comunidade?”, “Minha sala de aula é aqui; os alunos que venham!” – são pronunciamentos não de pessoas comuns, e sim, de docentes universitários em pleno século do conhecimento. Essas expressões do comodismo podem ser ouvidas no cotidiano de muitos campi e pelos mesmos professores que se mantêm imóveis diante do ingresso de colegas seus mais novos na universidade. Freire (2013) considera que a paralisia e o mutismo perante o futuro reúnem-se com propriedades como a alienação, a insegurança, o medo de arriscar mudanças, de criar algo diferente e de se compromissar com a superação e a transformação em condições melhores. Assim, pouco acontecerá espontaneamente.

Mais do que conceder espaços físicos ou pronunciar conferências e ministrar aulas e cursos rápidos, o compromisso da universidade com o quefazer social deve acontecer no seu intramuros, ultrapassar seus limites geográficos e circunstanciais para alcançar espaços de superação dos problemas, configurar intercâmbios e promover articulações e interatividades. Ser permeável e transitivo à convivência da sociedade na universidade e coparticipar com ela em seus desígnios é mais do que condição essencial: é direito de todos. Destes exercícios podem surgir aprendizados e períodos melhores de compartilhamento das condições para a qualidade da vida e o bem viver.

Essa pedagogia da práxis libertadora, do processo emancipatório e da tomada de consciência dos condicionamentos e novos impulsos para intervenções transformadoras e superação das situações limites em busca da liberdade, interdisciplinar e, quem sabe, transdisciplinar logo mais, preceitua a construção do conhecimento com reelaboração dos saberes e práticas populares, com produção do conhecimento, dialógica, intersubjetiva e dialeticamente aberta, processo permanente para a emancipação da pessoa humana e da própria sociedade.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Neusa Chaves. A construção da esfera pública no Brasil e a gestão democrática da educação. In: **Políticas públicas para a gestão democrática da educação básica: um estudo do Programa Nacional de Formação de Conselheiros Municipais de Educação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. A dimensão ética da interdisciplinaridade.

In: **Roteiro**. v. 39. Joaçaba, SC. NESP, 2014, p. 39-48. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/115084>>. Acesso em: 12 abr.2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.90**, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao artigo 6º da Constituição Federal para introduzir o transporte como direito social. Brasília: 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRITO, Lídia. Papel das universidades é o de fortalecer o desenvolvimento conjunto de soluções para as cidades. In: **III Encontro Cidades e Universidades**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/papel-das-universidades-e-o-de-fortalecer-o-desenvolvimento-conjunto-de-solucoes-para-as-cidades>>. Acesso: 15 abr. 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FAZENDA, Ivani (Org). **Práticas interdisciplinares na escola**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Professora Sim; Tia, Não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GENTILI, Pablo e STUBRIN, Florencia. Igualdade, direito à Educação e Cidadania: quatro evidências de uma década de conquistas democráticas. In: **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas**. Pablo Gentili (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2015/08/8Gentili.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2019. p.15-25

MORAES, Dirce et al. O uso das tecnologias digitais por professores da escola básica: realidades do contexto educativo. In: **Revista da educação profissional**. Rio de Janeiro, v.41, n.2, maio/ago, 2015.

MOTA, Ronaldo e SCOTT, David Meerman. **Educando para inovação e aprendizagem independente**. Rio de Janeiro, Campus, 2014.

PAIXÃO, Dilmar Xavier da. A qualificação para a qualidade. In: **Vozes do Partenon Literário IV**. Porto Alegre, Revolução Cultural, 2012.

\_\_\_\_\_. **O compromisso da universidade com um quefazer público ao encontro da educação social e do bem viver: por uma pedagogia da comunicação universitária**. 2018. 426p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PAVIANI, Jaime. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade e integração dos saberes**. Disponível em: Liinc em Revista, v. 1, março 2005, p. 3–15 <<http://www.ibict/liinc>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por qué las epistemologías del sur?** UniRioTV. Espacios de Coloniales. Universidad, movimientos sociales y nuevos horizontes del pensamiento crítico. Universidad Nacional de Río Cuarto. Córdoba, Ar, 28 maio 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KB6RbYWfzk0>>. Acesso em: 11 abr.2019.

SCUARCIALUPI, Luciana. Por dentro da Lei de Diretrizes e Bases. **Educar para crescer**. São Paulo: 13 maio/2015. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml#>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

VILELA, Rita Amélia Teixeira et al. **A Teoria Crítica da Educação de Theodor Adorno e sua apropriação para análise das questões atuais sobre currículo e práticas escolares**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado\\_doutorado/publicacoes/PUA\\_ARQ\\_ARQUI20120828100151.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20120828100151.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

WIMMER, Gert Ferreira; FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira. Ação coletiva para a qualidade de vida: autonomia, transdisciplinariedade e intersectorialidade. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. v.11, n.1, p.145-154, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n1/29458>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ZITKOSKI, Jaime José. **Horizontes da (re)fundamentação em educação popular**. Frederico Westphalen: URI, 2000.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA** - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

**ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER** – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizagem 15, 63, 99, 121, 130, 145, 257, 258, 264, 267, 298

Aprendizagem significativa crítica 121

Autoformação 173

### B

Brincadeira 89, 94, 99

### C

Capitalismo 31, 173, 183, 209

### D

Desenvolvimento infantil 99

Dilemas 173

Discurso governamental sobre juventudes 193

### E

Educação 2, 5, 12, 17, 24, 25, 31, 42, 49, 51, 54, 55, 56, 61, 69, 70, 73, 76, 80, 82, 83, 97, 98, 99, 108, 109, 110, 119, 121, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 150, 164, 171, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 244, 246, 259, 261, 263, 264, 269, 273, 274, 276, 278, 282, 286, 287, 297, 298, 299, 309, 310, 313, 317, 321, 322, 338, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 358, 365, 367

Educação ambiental 119

Educação em Tempo Integral 193, 199

Educação profissional 231

Educação Superior 110, 186, 188

Eficiência energética 1

Empresa júnior 264

Engajamento 259

Ensino-aprendizagem 8

Ensino da Sustentabilidade 110

Ensino de ciências 121, 130

Ensino e aprendizagem 155, 322

## **F**

Fisiologia Humana 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Formação 25, 31, 99, 114, 139, 143, 144, 154, 155, 159, 173, 183, 185, 244, 259, 335, 344, 367

Formação docente 155, 159, 259, 335

## **I**

Instituição de Ensino Superior Privadas 259

Instituições Comunitárias 110, 111, 117

## **M**

Metodologias Pedagógicas 146

Monitoria 8, 63, 64, 68

Múltiplas linguagens 8, 82

## **O**

Omnilateralidade 24

Orientações curriculares 121, 130

## **P**

Pedagogia 31, 50, 53, 60, 81, 99, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 141, 143, 144, 148, 151, 153, 163, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 244, 259, 298, 310, 311, 345

Políticas de Educação 207, 208, 216

Políticas de Saúde 207

PROEJA 10, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 278

Protagonismo infantil 311

## **R**

Recurso Didático 8

## **S**

Sociedade Contemporânea 173

## **T**

Tecnologias de comunicação 311

Trabalho 24, 25, 31, 36, 41, 63, 66, 98, 144, 206, 211, 216, 217, 259, 263, 334

Trabalho científico 63

Trabalho docente 259

## U

Universidades Corporativas 132, 133, 137, 138, 142, 144

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-554-9

